



LITERATURA, HISTÓRIA E CULTURA: UMA VISÃO DESCOLONIZADA DO ENSINO DA LITERATURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Autor (1) Ana Maria Carneiro Almeida Diniz; Co-autor (1): Ângela Roberta Carneiro de Sousa; Co-autor (2): Ana Cátia Alves da Silva.

(Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Ana_diniz_4@hotmail.com. Universidade estadual da Paraíba, robertasousac9@gmail.com. Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio Grande do Norte, anacatiacr@hotmail.com.)

Durante séculos, o currículo de ensino nas mais diversas áreas do conhecimento estava voltado para saberes produzidos por pesquisadores ocidentais, nestes havia a inserção de concepções de valores artísticos e de conhecimentos denominados científicos que colocavam a cultura europeia em um patamar superior às demais culturas. A literatura está entre os instrumentos que contribuíram para o fortalecimento de um pensamento colonial que estabeleceu e, ainda em alguns contextos, estabelece como legítima uma pretensa hierarquização racial que permeia o imaginário social e dificulta a relação entre os sujeitos pertencentes a diferentes contextos étnico-culturais. Dessa forma, o presente estudo de caráter bibliográfico aborda uma possível perspectiva do ensino de literatura que vise a uma desconstrução desse imaginário, mostrando que a inserção de textos literários produzidos por representantes das chamadas “minorias” contribui para o conhecimento da existência das múltiplas identidades e tradições culturais em uma condição de igualdade de direitos e de valores. Assim, espera-se que a discussão contribua para a descolonização das práticas do ensino nas aulas de Literatura, fazendo com passem a inserir, adequadamente, textos literários pertencentes à cultura africana e afro-brasileira. Para realização dessa discussão, serão tomados como base textos pertencentes aos Estudos Culturais e Pós-coloniais, bem como textos referentes a leis e parâmetros da educação nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Literaturas Africana e Afro-brasileira; Descolonização; Ensino.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta debater sobre a necessidade de efetivação das perspectivas de ensino de literatura voltadas para o reconhecimento e divulgação da História e cultura dos povos africanos e afro-brasileiros de modo a priorizar uma relação de igualdade entre as identidades culturais representadas através dos textos literários.

Dessa forma, aborda-se a relevância de estratégias de ensino de Literatura que tenham por objetivo a desconstrução do estereótipo de hierarquia racial fundamentado nas epistemologias ocidentais produzidas no período colonial que atribuem aos povos africanos e afrodescendentes uma condição de inferioridade cultural decorrente dessa pretensa inferioridade racial. Tal estratégia de desconstrução faz-se relevante posto que os estereótipos produzidos nesse período ainda permeiam

(83) 3322.3222

contato@sinafro2018.com.br

www.sinafro2018.com.br

de maneira significativa o imaginário social, dificultando as relações entre os sujeitos pertencentes a culturas e a etnias diferentes.

Para realização de tal discussão, utilizamo-nos de uma pesquisa de caráter bibliográfico que propõe um diálogo entre as perspectivas teóricas pertencentes aos Estudos Culturais Pós-coloniais e as propostas de ensino contemporâneas presentes também nas leis e parâmetros nacionais de ensino que visam a uma formação para o exercício pleno da cidadania e, conseqüentemente, promovem uma educação voltada para o respeito à diversidade e a efetivação da igualdade entre os seres sociais.

2. O PAPEL DA LITERATURA NA CONSTRUÇÃO E TENTATIVA DE (DES) CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES DO AFRICANO E AFRO-BRASILEIRO

Para que possamos adentrar a discussão acerca da necessidade de efetivação de um ensino que se movimenta na contramão dos discursos coloniais que produzem imagens distorcidas acerca da identidade dos povos africanos e seus descendentes, há que se fazer um breve retorno espaço-temporal para que tenhamos a compreensão de como foram traçadas as teias discursivas que conduzem tais discursos até o momento atual, de forma a provocar o entendimento de que a manifestação do racismo se trata de um retorno a um passado que deve ser revisto.

2.1 Teias discursivas: o processo de colonização e a identidade do homem negro

A arte literária tomou parte em todas as etapas do processo de colonização, bem como foi forte instrumento para os movimentos independentistas utilizado pelos povos colonizados e, na contemporaneidade, atua com significativa contribuição para representação das identidades culturais desses povos dentro do que podemos chamar Estudos Pós-coloniais.

Assim, por meio da literatura é possível conhecer melhor e de maneira crítica como se constituiu as identidades culturais desses povos ao longo do tempo, adotando um novo ângulo de visão, não mais eurocêntrico, acerca do espaço de onde ecoam as narrativas produzidas por eles mesmos.

O sistema colonial apoiou-se em dois fortes pilares: a construção de um sistema burocrático e a construção de uma teoria *científica* das raças. Os decretos coloniais inibiam as revoltas de maneira a tornar legal a prática de exploração, aplicando punições violentas aos que resistissem às suas demandas. Considerando o lugar das descobertas científicas a partir do século ..., compreendemos de que forma estas contribuíram como suporte para a aplicação da burocracia colonial, entendendo como

Estado e Ciência trabalharam como fortes aliados nesse processo de dominação, exploração, violência física e discursiva.

Acerca desse contexto Hernandez (2008, p.93) comenta sobre pensamento de Arendt de que o racismo destitui o homem de sua humanidade e subjuga o grupo inferiorizado aos demais.

...sua base e sua justificativa ainda eram a própria experiência, uma terrível experiência. De algo tão estranho que ficava além da compreensão e da imaginação: para os brancos foi mais fácil negar que os pretos fossem seres humanos. No entanto a despeito de todas as explicações ideológicas, o homem negro teimosamente insistia em conservar suas características humanas, só restando ao homem branco examinar sua própria humanidade e concluir que, nesse caso, ele(o branco) mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro. Era a condição lógica e inevitável no caminho da radical negação de qualquer laço comum com os selvagens.

Em um momento em que a ciência representava a concretização dos discursos nascidos na esfera político ideológica, reforçados pela representação religiosa, fortalece-se e ganham espaço as teorias raciais que tinham como base os estudos fundamentados no darwinismo, tratavam da evolução humana a partir uma seleção racial, nesta a raça negroide ocupava a parte inferior da pirâmide da evolução, distanciadas da raça caucasoide, raça branca, e aproximada a dos símios espécie da qual se originou a raça humana.

Os negros seriam os infantes desse processo de evolução em face dos evoluídos pertencentes a raça branca. Dessa forma, estar-se diante de uma justificativa na época tida como plausível a dominação do homem negro (africano) pelo homem branco (europeu) dentro de um processo tido como civilizatório. Sobre tais discursos científicos comenta Magnoli.

O “racismo científico” converteu-se de imediato ao recapitulacionismo, postulando que os indivíduos das raças inferiores percorreram incompletamente a trajetória da evolução da espécie. Assim, se os estágios embrionários dos seres humanos “recapitulam” os peixes, os répteis e os mamíferos inferiores, o estágio adulto de indivíduos de uma raça inferior espelha o estágio infantil de indivíduos da raça superior, e os estágios iniciais de indivíduos de raças inferiores espelham os estágios adultos de nossos ancestrais macacos. Estava traçada uma meta para os cientistas devotados à mensuração de crânios e esqueletos: identificar em representantes de raças inferiores as feições correspondentes a crianças da raça superior ou, mais atrás, a dos símios. (MAGNOLI, 2009, p.29)

Todo o processo de colonização da identidade do homem negro ganha corpo em uma diversidade de discursos que constroem uma teia que envolve as identidades dos que compõem o sistema colonial, sendo o homem branco o evoluído, o civilizado, e o negro como signo da diferença, da negação de todas as atribuições dadas ao homem branco. A passos largos foi-se construindo uma identidade uniforme para os povos colonizados e essa construção estabelecia uma fronteira

intransponível entre ele e o colonizador, até que se chegou a polarização dessa diferença que instituiu como princípio visível e indelével, a cor da pele.

Nessa polarização, os povos dominadores assumem o papel de locutor e passam a narrar, a partir do lugar que ocupam, a história dos *Outros* (dominados). Sem voz ativa nessas narrações, os povos colonizados, neste texto, mais especificadamente os africanos, tem sua identidade construída através de imagens produzidas pelo colonizador que, dentro de um assimétrico processo de alteridade o colocam, na esfera do não-ser. Acerca desse dessa estratégia Bhabha comenta que “O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e de instrução”. (BHABHA, 1998, p. 111)

2.2 A literatura como instrumento de construção e, também, de resistência ao estereótipo colonial

As imagens estereotipadas produzidas acerca do colonizado circulavam e perpetuavam-se através de discursos que veiculados desde os textos científicos, sermões religiosos, representações literárias, até os textos orais populares como provérbios e anedotas. As literaturas de viagem tiveram papel significativo na construção e disseminação do imaginário de inferioridade racial atribuído ao homem africano.

Todavia, o texto literário que serviu como instrumento de colonização da identidade do homem africano, em contrapartida também foi utilizado pelo colonizado para fortalecer os movimentos pelo fim do colonialismo. Durante as lutas independentistas, ganhou força um movimento literário chamado anticolonialismo. Dessa forma temos uma literatura que evolui de uma a outra face, como comenta Oliveira

A produção literária nos países africanos divide-se em duas fases: a da literatura colonial e a das literaturas africanas. A primeira exalta o homem europeu como o herói mítico, desbravador das terras inóspitas, portador de uma cultura superior. A segunda constitui-se inversamente, pois nela o mundo africano passa a ser narrado por outra ótica. O negro é privilegiado e tratado com solidariedade no espaço material e linguístico do texto, embora não sejam excluídas as personagens europeias (de características negativas ou positivas). É o africano que normalmente preenche os apelos da enunciação e é ele quase exclusivamente, enquanto personagem ficcional ou poético, o sujeito do enunciado. (OLIVEIRA, 2018)

A luta anticolonialista representada nessa fase da literatura coloca em em prosa questões também relativas a raça, na tentativa de inversão da polarização racial proposta pelos europeus, raça como símbolo da identidade cultural, mas sob forma de exaltação.

Através deste, buscava-se, a partir da exaltação da negritude, da cultura e dos antepassados desses povos, a construção de um movimento nacionalista que, fortalecido por esses preceitos, os fariam ter força para sair do espaço de inferiorização e, conseqüentemente, do lugar de subordinação.

Dessa forma, ainda permanecia o jogo bipolar das imagens que, por motivos diferentes, eram estabelecidas no intuito de estabelecer um afastamento através da exaltação da diferença que tomava como base a cor da pele. Sobre essa estratégia que a princípio foi adotada pelo colonizador

...é precisamente o tipo de reconhecimento, espontâneo e visível, que é atribuído ao estereótipo. A diferença do objeto da discriminação é ao mesmo tempo visível e natural – cor como signo cultural/político de inferioridade ou degeneração, a pele como identidade natural (BHABHA, 1998, p. 123)

Assim, a partir dessa forma de reconhecimento, uma gama de elementos era atrelada ao objetivo da exaltação de uma raça sobre outra. Essa estratégia utilizada pelo colonizador, também foi adotada pelo colonizado em seu desejo de escapar ao julgo da inferioridade. O fato é que esse jogo de imagens era inabitado tanto por colonizadores como por colonizados, mas ao mesmo tempo os impediam de seguirem livres para compreenderem sua real situação. Trata-se de uma esfera imaginária que mantém aprisionados no passado tanto o homem branco como o homem negro, conforme afirma Fanon sobre a representação fornecida por tais imagens (2008, p. 26), nem “o negro não é, nem tão pouco o branco”, segundo Bhabha (1998, p.87) essa imagem da ambivalência “...é a um só tempo uma substituição metafórica, uma ilusão de presença e, justamente, por isso, uma metonímia, um signo de ausência e perda”.

Após a proclamação da independência desses países, mais especificadamente os de língua portuguesa que estão mais diretamente ligados ao nosso contexto literário, verifica-se nas representações a compreensão de um momento de extremas dificuldades sócio-políticas e econômicas.

Nesse contexto, a representação literária da utopia de uma nova nação livre do sistema colonial e propícia a um tempo de bonança, dá lugar a uma literatura que representa a desilusão de um povo que encontra-se subjugado a um governo ocupado pela nova elite autóctone que negocia com empresas internacionais a exploração do país, que age de maneira corrupta, mantendo a situação de pobreza e extrema desigualdade social, ao mesmo tempo, os autores literários desmistificam o projeto de Nacionalista fundamentado na pureza racial e cultural que promoveu a ascensão dessa elite.

Assim, muda-se o foco do agenciamento da identidade cultural, é quando se verifica que não há uma identidade, mas diversas, que se misturam entre si e que também resultam do contato prolongado com o europeu durante a colonização, bem como com a cultura de outros territórios dos

quais tiveram acesso através do processo de globalização, mostrando a complexidade de um povo que passa por um processo de descolonização territorial e, ao mesmo tempo, uma espécie de neocolonização econômica. Sobre a *autocracia* que se instalou no período pós-independência, Oliver comenta:

...a institucionalização desta teoria dos partidos únicos, favorecida depois da independência, não levou a maior estabilidade política nem a um desenvolvimento maior ou mais bem-sucedido. Tornando-se herdeiros, como se viu, dos proventos e padrões de vida elevados e, acima de tudo, do poder vasto e virtualmente sem peias dos antigos administradores coloniais, os novos políticos e seus aparelhos políticos tornaram-se muitas vezes um direito adquirido todo-poderoso mais ou menos isolado da opinião popular. (FAGE & OLIVER, 1980, p. 307)

Nesse momento, uma nova militância é representada através da literatura. Esta além de apresentar uma riqueza de elementos das culturas locais divulgada a partir de quem está inserido no cerne dessa cultura, ou seja, os escritores locais, também mantém seu viés político travando uma luta contra a elite local que assume o poder pós-independência e distancia-se das necessidades da população, agravando a situação de pobreza e negociando de maneira desonesta os bens e a mão de obra dos habitantes com multinacionais.

Dessa forma, observamos a relevância da literatura na e para história desses povos. Embora a literatura africana de Língua Portuguesa seja uma literatura jovem, já possui um significativo acervo dentro do contexto de literatura e resistência. Assim, conhecer essa literatura significa compreender o percurso político, histórico e cultural vivenciado por esses povos.

As lutas anticoloniais, mencionadas anteriormente, partem de movimentos que se manifestaram, a priori, fora do território colonizado. Esses movimentos também faziam uso da literatura para expressar seus ideais acerca da necessidade de uma resistência aos discursos coloniais sobre do homem negro. Trata-se da literatura afrodescendente, também chamada literatura negra, resultado da diáspora dos povos africanos.

Esse fenômeno teve início em 1920 nos EUA, passa pelo Caribe e chega à França em 1930 com o já citado Movimento de Negritude. Somente na década de 40, chega ao Brasil com a manifestação do Teatro Experimental Negro. A partir de então, essa manifestação artística literária foi-se posicionando politicamente em defesa da igualdade racial. Domingues comenta que

O grupo foi um dos pioneiros a trazer para o país as propostas do movimento da negritude francesa, que, naquele instante, mobilizava a atenção do movimento negro internacional e que, posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos. Com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o autoexílio nos Estados

Unidos. Na avaliação de Gonzalez, o TEN significou um grande avanço no processo de organização da comunidade [negra]. (DOMINGUES, 2007, p.23)

Observa-se, pois, que o reconhecimento de uma cultura de base africana e afrodescendente trata-se de uma conquista adquirida através de série de lutas travadas contra os ideais eurocêntricos raciais e que encontraram nas manifestações artísticas, sobretudo literárias, uma abertura para efetivação desse combate discursivo.

Assim como a literatura africana, a afro-brasileira também se funde em um movimento de resistência. Essa literatura mostra-se militante a partir do momento que insere no mundo das letras as vivências de pessoas negras em uma sociedade e em um contexto literário culturalmente liderado pelos brancos.

Nesse movimento literário, o homem e a mulher negra são os sujeitos da escrita e também o objeto dessa mesma escrita. As representações partem de uma subjetividade negra, num empreendimento para humanizar as personagens, colocando-as em um contexto aproximado do real e distanciado do estereótipo. Trata-se de o homem negro substituir a imagem (lugar de ausências, dos estereótipos) pela presença, a partir do momento em que se torna narrador de suas experiências de homens e mulheres negros em uma sociedade ainda marcada pelo racismo disseminado pelo discurso colonial.

3. OS AVANÇOS E DIFICULDADES ENFRENTADOS PELA LITERATURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NO CONTEXTO ESCOLAR

Após décadas de lutas contra a desigualdade racial no Brasil, novas políticas educacionais são implementadas, amparadas por documentos legais. Em 2003, uma importante decisão foi tomada, a implementação da Lei 10.639/03, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Diante da proposta apresentada acima, houve a necessidade de se pensar de que forma haverá a efetivação do disposto nessa lei. Embora essa lei deixe clara a obrigatoriedade desses conteúdos, e a LDB e PCN's tenham-se adequado dando suporte a ela, há de se compreender que é necessário

haver um investimento que traga significativas transformações no sistema educacional, a começar com o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas que favoreçam o surgimento de novas concepções a serem acrescentadas no material didático, abertura do mercado editorial a essas pesquisas, bem como a publicação de obras produzidas por autores africanos e afrodescendentes, e, por fim e não menos relevante, a formação de profissionais para o desenvolvimento de estratégias de trabalho que favoreçam a aceitação e compreensão do conteúdo inserido.

Sobre esse contexto, Neves comenta que

Para atingir os objetivos, devemos organizar a nossa prática pedagógica. Com a nova lei 10.639/03 (sancionada pelo presidente Lula), os conteúdos curriculares de História terão que reorientar o ensino da História da África, dos africanos e afro-brasileiros nos currículos de História, de Literatura e de Educação. Essa não será uma mudança qualquer. Ela exigirá uma revisão do livro didático, devendo contar com a contribuição dos educadores, dos autores, dos movimentos negros, dos editores e do governo. Uma questão fundamental para a redefinição desses novos conteúdos será a construção de um “novo olhar” sobre o negro. (NEVES, 2005, p. 51)

A produção literária e a inserção de pesquisas e críticas acerca dessa literatura no interior do material didático ainda se mostram distante de atingir os objetivos propostos através das leis e planos. Embora a Lei 10.639/03 tenha imposto a obrigatoriedade, ela não determina a profundidade e porcentagem dessa inserção. Esses conteúdos ainda aparecem de maneira tímida nos livros didáticos adotados nas instituições escolares. Há ainda as dificuldades enfrentadas pelos autores negros para inserção de suas obras no mercado editorial.

O texto literário é pensado no âmbito da escrita, enquanto que as manifestações literárias africanas e afrodescendentes ocupam, no imaginário social, o campo da oralidade. Isso ocorre devido a uma série de elementos, entre eles a atribuição do estereótipo racial de inferioridade intelectual propagado durante o período colonial, a tradição da literatura oral africana, bem como a condição social do homem e da mulher negra no Brasil e sua relação histórica com a falta de escolaridade. Há ainda questões referentes ao histórico da crítica acadêmica literária brasileira que justificava através de sua valoração a ação de produção do mercado editorial brasileiro voltado para uma produção branca elitizada, situada no Sul e Sudeste brasileiro, deixando à margem outros tipos de produção.

O livre acesso do escritor negro ao mercado editorial e o desenvolvimento de críticas literárias acadêmicas que analisem essas obras considerando seu viés artístico e ao mesmo tempo político, e que, a partir de então, produzam novos dizeres que desconstruam os discursos raciais disseminados pelos ideais eurocêntricos propagados no período da colonização seriam aberturas relevantes para que o avanço das políticas públicas conquistadas em teoria tomassem corpo na esfera da prática, para

que esses conteúdos chegassem, em proporção e qualidade, ao ambiente escolar e fossem recepcionados por orientadores preparados para fazer a mediação entre eles e os educandos.

Há que se pensar que esse percurso que proporciona o devido acesso do aluno à arte literária africana e afro-brasileira faz toda a diferença no quesito cidadania e igualdade social/racial. Através das representações expressas nas obras e do olhar crítico apoiado nas novas perspectivas dos Estudos Culturais Pós-coloniais, é possível construir um novo olhar sobre os africanos e seus descendentes, é possível reconhecer nestes os traços identitários que constituem a maior parte da população brasileira.

A fruição e análise dessas obras literárias promovem, além do alargamento das fronteiras culturais, o conhecimento histórico da origem do pensamento racial, levando o educando a compreender que o racismo não é natural, é discursivo e como tal ele pode e deve ser desconstruído para dar lugar a um discurso mais humano e ao mesmo tempo racional. Tal reflexão acorda com a propostas dos PCN's acerca do trabalho a ser realizado no contexto das **Linguagens, códigos e suas tecnologias**.

Nesse mundo dominado pela mercadoria, colocam-se as artes inventando “alegriazinha”, isto é, como meio de educação da sensibilidade; como meio de atingir um conhecimento tão importante quanto o científico – embora se faça por outros caminhos; como meio de pôr em questão (fazendo-se crítica, pois) o que parece ser ocorrência/decorrência natural; como meio de transcender o simplesmente dado, mediante o gozo da liberdade que só a fruição estética permite; como meio de acesso a um conhecimento que objetivamente não se pode mensurar; como meio, sobretudo, de humanização do homem coisificado: esses são alguns dos papéis reservados às artes, de cuja apropriação todos têm direito. (BRASIL, 2006, p. 52-53).

O texto artístico literário africano e afro-brasileiro é o caminho para essa sensibilização em relação a arte, bem como as lutas sociais. Neles, os autores negros falam de um campo de visão que lhes é próprio, estabelecendo uma distinção de outras representações realizadas por autores brancos em contextos em que o homem negro aparecia apenas como personagem secundário e assumia espaço social subalterno, cheio de trejeitos que se apoiavam em estereótipos trazendo sempre à cena o teatro colonial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante séculos, os discursos que representam a identidade social e cultural dos povos africanos e afrodescendentes foram marcados pelo signo ausência destes como autores de sua própria narrativa histórica. As representações ocidentais acerca desses povos eram permeadas pelo mito da hierarquia racial, em que o homem negro era colocado em situação de extrema inferioridade. Esses

discursos diziam-se fundamentados pelo realismo e atestados pelo rigor científico, e eram disseminados por todo o Ocidente com a ajuda e a adaptação dos diversos segmentos sociais que pretendessem divulgá-los.

Portanto, rever essas narrativas com o olhar crítico, compreendendo-as como um discurso carregado de intenções sócio-políticas e econômicas, ajuda a desmistificar a gama de estereótipos de inferioridade produzidos para representação da identidade desses povos, entendendo que o racismo não é algo natural é uma construção discursiva que visava justificar a conquista e exploração desses povos.

O acesso ao texto artístico literário produzido pelo homem negro é a oportunidade de conhecer sua história e a cultura narrada do ponto de vista de suas próprias vivências. A inclusão desses textos no contexto escolar amplia o acesso à diversidade cultural, promovendo o respeito e, conseqüentemente, a igualdade social.

Para isso, faz-se necessário a disposição para investimento em pesquisas acadêmicas, a abertura do mercado editorial aos escritores literários negros e a preparação dos professores de literatura para o desenvolvimento de estratégias de ensino-aprendizagem voltadas para a fruição e análise dessas obras em seu contexto artístico e sócio-histórico e político.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. (Coleção Humanitas).

BRASIL. *Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003*. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm> Acesso em: 30 de abril de 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: Ministério da Educação, 2006. (Orientações curriculares para o ensino médio; vol. 1)

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>> Acesso em 10 de maio de 2018.

FAGE, J. D. OLIVER, Roland. *Breve história de África*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. **A África na sala de aula: visita à história contemporânea**. 2. ed. rev. São Paulo: Selo Negro, 2008.



MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial.** São Paulo: Contexto, 2009.

NEVES, Gilberto. **A discriminação racial na educação brasileira.** In: *Revista de Educação Popular*, no 4. Uberlândia: EDUFU, 2005.

OLIVEIRA, Jurema José de. **As Literaturas Africanas e o Jornalismo no Período Colonial.** Disponível em <https://www.ueangola.com/criticas-e-ensaios/item/294-as-literaturas-africanas-e-o-jornalismo-no-per%C3%ADodo-colonial> Acesso em 15 de maio de 2018.

